



A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR CRÍTICO PARA A LEGISLAÇÃO

Tamires Maria da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, tamiresmar.silva@gmail.com

A Educação Física Escolar na educação infantil, de acordo com a LDB (nº 9.394/96, art.26 § 3º), é componente curricular obrigatório. No que se refere à Educação Física no Brasil, seu processo histórico está atrelado aos paradigmas da Aptidão Física e da Esportivização, sendo assim, se assume um currículo tradicional e tecnicista que nos revela a falta de diálogo entre as disciplinas, mas para a educação infantil, o cenário ainda é mais precário. Nas escolas públicas, em geral, não há professores formados em Educação Física para as aulas no ensino infantil. Devido a isso, buscamos analisar criticamente a base legal da Educação Física Escolar na Educação Infantil e analisar o distanciamento entre a proposta do Referencial Curricular para a Educação Infantil e as necessidades educacionais do século XXI. Para a elaboração desta pesquisa, será realizado um levantamento e aprofundamento do tema abordado utilizando a legislação vigente do Brasil. Ao realizar a busca e analisar alguns dos documentos educacionais legais da educação brasileira, foi selecionada a LDB, as OTM'S- PE e o RCNEI, considerado o mais relevante para nossa pesquisa. Além de fontes secundárias como artigos, monografia e tese. Notamos claramente, a escassez de produções, principalmente as que trabalham com abordagens críticas. A legislação da Educação Física na Educação Infantil não está acompanhando as transformações educacionais. Os alunos ainda são compreendidos como meros reprodutores de movimentos. Na prática, sendo tratados por profissionais formados em outras áreas, os conteúdos não são devidamente trabalhados e a Educação Física perde ainda mais sua especificidade.

Palavras-chaves: Legislação, Educação Física Escolar, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96, Art. 4 § 1º) a Educação Básica corresponde a um ensino obrigatório e gratuito dos 04 aos 17 anos. Isso, em três etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, onde serão ofertadas aos escolares, as mais variadas possibilidades de aprendizagem por meio das disciplinas obrigatórias da educação brasileira, tendo por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Quando nos referimos à Educação Física Escolar, nos deparamos com um cenário onde os Esportes assumem as aulas do calendário letivo e quase sempre as modalidades estão atreladas enfaticamente aos aspectos biológicos. Desconsiderando seus aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Apóia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente, nos biológicos para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. Procura, através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma. (COLETIVO DE AUTORES, 1992. p. 37).

No que se refere a Educação Física no Brasil, seu processo histórico está atrelado aos paradigmas da Aptidão Física e da Esportivização, sendo assim, se assume um currículo tradicional e tecnicista que nos revela a falta de diálogo entre as disciplinas.

A perspectiva da Educação Física escolar, que tem como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem, tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. (...) Nessa linha de raciocínio pode-se constatar que o objetivo é desenvolver a aptidão física. O conhecimento que se pretende que o aluno apreenda é o exercício de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física. (COLETIVO DE AUTORES, 1992. p. 37).

Em se tratando da Educação Infantil que é o enfoque desta pesquisa, corresponde à primeira etapa da Educação Básica. Esta acolhe alunos de 0-5 anos em creches e pré-escolas que, segundo a LDB Art. 26 (1996), tem por finalidade seu desenvolvimento integral e, o ensino da Educação Física na Educação Infantil está garantido pela LDB N° 9.394/96, Art. 26 § 3º, “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”.

Vale ressaltar que ao longo dos séculos se buscou compreender a finalidade da criança e qual poderia ser sua contribuição perante a sociedade. Atualmente, as instituições de ensino, vinculadas a um paradigma desenvolvimentista, possibilitam aos alunos somente vivências de movimentos e jogos sem contextualizá-los ou refletir sobre eles. Em contrapartida a esta tendência, temos as Orientações Teóricas Metodológicas da Educação Física as quais propõem para o 1º Ciclo da Educação Básica (creche ao 3º ano do fundamental) atividades direcionadas para a organização da identidade dos dados da realidade, ou seja, estes alunos devem, dentre outros, conhecer e identificar os conteúdos da cultura corporal do homem, contextualizando-o e relacionando ao seu cotidiano.

Na verdade, o cenário ainda é mais precário. Nas escolas públicas, em geral, não há professores formados em Educação Física para as aulas no ensino infantil. Muitas vezes, as atividades são



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

realizadas por profissionais formados em outras áreas, sendo assim nossa área perde sua especificidade e seus reais objetivos. “A Educação Física é reconhecida uma dessas áreas em que urge unir-se à educação infantil, principalmente quando os currículos dos cursos de pedagogia não oferecem tal disciplina para os (as) profissionais que egressam este curso” (CAVALARO; MULLER; 2009).

Notamos também a escassez de produção científica quando nos referimos a Educação Física na Educação Infantil

(...) Ainda tem muito por se fazer, especialmente uma maior socialização e ampliação das pesquisas neste campo. E que é necessário se ter uma concepção de infância que possa resultar em abordagens que superem o reducionismo pedagógico e o tratamento da criança como um vir a ser (CARVALHO, 2009. P. 19).

Principalmente no trato dos conteúdos da Cultura Corporal por meio de abordagens críticas. Por fim, uma base legal extremamente antiga e ultrapassada a qual precisa urgentemente ser repensada.

Todavia sabemos que o processo de aprendizagem não acontece sozinho, o aluno precisa da interação com o meio e com o outro e posteriormente da mediação para que haja a internalização (VIOTTO FILHO; PONCE; ALMEIDA, 2009). Isso, em todas as disciplinas, pois deve ser ofertado ao aluno as possibilidades de estímulo para que o mesmo possa identificar, analisar e compreender sua realidade para avançar.

Acreditamos que a Educação Física na Educação Infantil é o primeiro passo para termos uma Educação Física Escolar com qualidade. Se desde as primeiras séries possibilitarmos o trato com o conhecimento para estas crianças, possivelmente não sofreremos com tantas mazelas sociais futuramente, pois estes sujeitos tornar-se-ão atuantes, construtores e não meros reprodutores.

Por isso, vemos a necessidade de maior conhecimento a respeito da relação entre a Educação Física Escolar e a Educação Infantil, e principalmente, entendimento acerca dos obstáculos causados por uma legislação atrasada. Esta pesquisa pode ser pioneira no sentido de refletir sobre a base legal e lançar proposições críticas quanto ao trato com o conhecimento da área para o ensino infantil e suas devidas necessidades no século XXI.

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nas primeiras civilizações, a criança era considerada por todos como um indivíduo inútil, pois não se compreendia qual o papel da mesma enquanto sujeito atuante. Estas, mal adquiriam condições motoras que possibilitassem um bom convívio em sociedade e eram inseridas em meio aos adultos, sem assim, iniciavam a prática de jogos e do trabalho da comunidade. Segundo Àries (1981) De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem. Em sociedade e em família, ser criança consistia numa passagem tão breve que não tinha significado.

No fim do século XVII, a criança deixou de ser vista como um mini adulto e surgiram as primeiras instituições educacionais/escolas que substituíram a forma de aprendizagem baseada na inserção das crianças em meio aos adultos desde alguns meses de vida e “Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização” (ÁRIES 1981).

Do século XVII aos dias atuais houveram grandes mudanças quando nos referimos a criança. Segundo o Estatuto da criança e do adolescente (1990), a condição de criança está atrelada a todo indivíduo com até doze anos incompletos que goza de todos os direitos fundamentais pertencentes à pessoa humana. Detentor de deveres e compreendido como sujeito em desenvolvimento.

Em linhas gerais, como nos afirma o referencial curricular nacional para a educação infantil

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca (BRASIL, 1998, p. 21 introdução).

E complementa que:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente (BRASIL, 1998, p. 21 formação pessoal e social).

Ao tratarmos da criança, automaticamente nos referimos a infância e, como sabemos, esta corresponde a uma das fases do desenvolvimento humano, que é compreendida segundo Papalia, Olds e Feldman (2006, p. 52) por “primeira infância, segunda infância, terceira infância,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

adolescência, idade adulta inicial, meia idade e terceira idade”. Nesta pesquisa, trataremos exclusivamente da primeira e segunda infância, pois estas correspondem a demanda desse trabalho.

Para Ferreira e Freitas (2011), a infância é compreendida como uma fase rica e privilegiada de aprendizagem. Portanto, cresce a necessidade de entendimento acerca da questão, com o intuito de superar o ensino reducionista, principalmente no que se refere ao movimento das crianças pequenas. Os modelos pré-determinados e repetições mecânicas limitam as possibilidades para que as crianças se expressem e dificultam a iniciativa, não permitindo que as crianças façam associações de ideias na compreensão de conteúdos ligados ao corpo e ao movimento.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é objetivamente exploratória, problematicamente analítica e seus procedimentos a caracterizam como documental. De acordo com Gil (2008), esta pesquisa analisa e interpreta um material já elaborado e consolidado. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2002. p. 62)

Para a elaboração desta pesquisa, será realizado um levantamento e aprofundamento do tema abordado utilizando a legislação vigente, mais especificamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Educação Física, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e as Orientações teóricas metodológicas – ensino fundamental: EDUCAÇÃO FÍSICA.

Livros, teses e artigos científicos indexados, das últimas duas décadas, nas seguintes Bases de Dados: LILACS, SCIELO, PubMed e nas seguintes revistas científicas: Psic. da Ed., Educ. Soc., Revista Educar, Revista Movimento (UFRGS), Revista Brasileira de Ciências do Esporte (CBCE), Revista Pensar a Prática (UFG), também serão analisados posteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a busca e analisar alguns dos documentos educacionais legais da educação brasileira, foram selecionados três até o momento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), por se tratar de um documento de suma importância para a educação no



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Brasil, pois legaliza o ensino e o organiza, indicando várias ações que devem ser realizadas na escola, em se tratando de cada nível de ensino e o que se torna obrigatório para esses.

As Orientações Teórico-Methodológicas – ensino fundamental: Educação Física – OTM (2010) do estado de Pernambuco, pois nos encaminha para a Educação Física e nos revela o que, como e o porquê devemos aplicá-las coerentemente para cada fase e, por tratar-se de um documento que tem por base o Coletivo de Autores (1992), pois assim como nosso estudo, essa OTM é embasada por uma abordagem crítica de ensino.

Por fim, e podemos afirmar que mais relevante para nossa pesquisa, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998). O RCNEI é um documento unicamente voltado para o ensino infantil que abarca as creches, entidades equivalentes e pré – escolas, que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto. Atendendo às determinações da LDB (9.294/96) que estabelece a educação infantil como primeira etapa da educação básica e, o RCNEI é criado com o objetivo de auxiliar na realização do trabalho educativo com as crianças diariamente.

Apesar da escolha por esses documentos que são essenciais para consolidação da Educação – Educação Física – Educação Infantil, foi possível notar que existem lacunas quanto ao trato dessa área na primeira fase da educação básica, principalmente no RCNEI, pois o trato com a criança é baseado no desenvolvimento da brincadeira, deixando de lado o ensino da Educação Física com seus conteúdos e questões muito pertinentes como a melhor compreensão do mundo em que elas estão inseridas.

Nesta pesquisa, também utilizaremos artigos, monografias, livros e teses como fontes secundárias, a fim de nos situar melhor no contexto e na realidade da Educação Física na Educação Infantil. Esses arquivos encontram-se indexados nas bases de dados LILACS, SCIELO e PubMed. Além de revistas científicas como por exemplo, Educar. O critério para a inclusão foi estar relacionado a Educação, Educação Infantil, Educação Física, ensino crítico e/ou crítica as leis educacionais vigentes no Brasil. Foram descartados artigos e livros que tratavam apenas dos aspectos motores das crianças e os que compreendiam a Educação Infantil extremamente como ludicidade.

Na tabela 1 estão presentes os nomes dos autores, objetivos, metodologia e conclusões de dois artigos e uma monografia que foram selecionados. Os três se adequam aos propósitos para realização deste trabalho, pois todos desenvolvem pesquisa na Educação Infantil dando ênfase a Educação Física trazendo suas inquietações e possibilidades.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Tabela 1- Artigos e monografia selecionado do SCIELO

Autor	Objetivo	Metodologia	Conclusão
CARVALHO- 2009	Estudar o conhecimento a cerca da presença da Educação Física na Educação Infantil	Estudo teórico em que se pretende investigar o que se tem pensado a respeito da Educação Física na Educação Infantil	Se percebe que um movimento importante tem sido realizado com relação à infância, bem como a Educação Infantil e a inserção da Educação Física nessa fase da educação
CAVALARO E MULLER -2009	Verificar a possibilidade de inserção do professor(a) de Educação Física na Educação Infantil	Qualitativa bibliográfica e documental, realizada a partir de categorias que ressaltam a importância desse profissional	Torna-se cada vez mais evidente e necessária a articulação entre Educação Física e Educação Infantil
FERREIRA E FREITAS- 2011	Apresentar uma análise que contribua para a reflexão crítica acerca da importância de um trabalho conjunto entre diferentes profissionais	Pesquisa bibliográfica abrangendo artigos da área nos últimos anos em que constam relatos de experiências da E.F. na E.I. numa visão crítica	As iniciativas das universidades em forma de projeto abrem a possibilidade de fazer avançar a compreensão do trabalho que o professor de Educação Física é capaz de desenvolver um conjunto com os demais professores



CONCLUSÃO

A legislação da Educação Física na Educação Infantil não está acompanhando as transformações educacionais. Os alunos ainda são compreendidos como meros reprodutores de movimentos. Na prática, sendo tratados por profissionais formados em outras áreas, os conteúdos não são devidamente trabalhados e a Educação Física perde ainda mais sua especificidade. Esses pedagogos, para tentar suprir a Educação Física dão comandos motores para que os alunos realizem sem contextualizá-los. A Educação Física Escolar na Educação Infantil reproduz um modelo ultrapassado de educação, onde os aparatos motores são exclusivos. Entretanto, há possibilidade de superação deste cenário. Aos poucos, estão surgindo movimentos para inserção da real Educação Física para essa etapa da educação.

REFERÊNCIAS

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990), lei n.8069, 13 de jul. de 1990. 4 ed. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporte. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 1: Introdução; vol. 2: Formação pessoal e social; Vol. 3: Conhecimento de mundo. Brasília, DF: MEC, 1998.

CAVALARO, A. G.; MULLER, V.R.; Educação Física na Educação Infantil: uma realidade almejada. **Educar**, Curitiba, n. 34, p. 241-250, 2009. Editora UFPR.

CARVALHO, A. C. A. Educação física na educação infantil: produções apresentadas no conbrace (1997 a 2007). (*Universidade Federal de Minas Gerais*) Belo Horizonte, 2009.



COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo, Cortez, 1992.

FERREIRA, M. C. P. L.; FREITAS, R. A. M. M. O lugar da educação física na educação infantil. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino – 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo, Atlas S.A., 2002.

PAPALIA, Diana; OLDS, Sally; FELDMAN, Ruth. **Desenvolvimento humano**. 8 ed. Porto Alegre, Artmed, 2006.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Orientações teórico - metodológicas – ensino fundamental: EDUCAÇÃO FÍSICA** . Recife : SEDE-PE, 2010.

VIOTTO FILHO, I. A. T.; PONCE, R. F.; ALMEIDA, S. H. V. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 29, 2º sem. de 2009, pp. 27-55.